

Ventos de Santa
Jacinta Energias
Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de Santa Jacinta Energias Renováveis S.A.
Maracanaú – CE**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Jacinta Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santa Jacinta Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 18 de maio de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5


Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

Ventos de Santa Jacinta Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	433.637	803.596	Fornecedores nacionais		261.864	1.098.999
Contas a receber de clientes		1.266.571	-	Contratos de Mútuos	9	18.767.865	-
Impostos a recuperar		76.891	-	Partes relacionadas - outras contas a pagar	15	1.014.233	110.376
Partes relacionadas - outros créditos	15	1.357.374	1.280.132	Obrigações fiscais		919.404	135.705
Despesas antecipadas	6	569.510	3.360	Obrigações trabalhistas		107.393	52.880
				Outras contas a pagar		52.743	-
Total do Ativo Circulante		3.703.983	2.087.088	Total do Passivo Circulante		21.123.502	1.397.960
Aplicações financeiras vinculadas	5	7.018.263	-	Empréstimos e financiamentos	8	250.325.357	-
Despesas antecipadas	6	210.029	7.567				
Realizável a longo prazo		7.228.292	7.567	Total do Passivo Não circulante		250.325.357	-
Imobilizado	7	329.469.057	39.821.896				
				Total do Passivo		271.448.859	1.397.960
		329.469.057	39.821.896	Patrimônio líquido			
Total do Ativo Não Circulante		336.697.349	39.829.463	Capital social	10	77.276.041	35.151.072
				Adiantamento para futuro aumento de capital		-	6.585.000
				Prejuízos acumulados		(8.323.568)	(1.217.481)
				Total do Patrimônio líquido		68.952.473	40.518.591
Total do Ativo		340.401.332	41.916.551	Total do Passivo e Patrimônio líquido		340.401.332	41.916.551

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Jacinta Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	11	2.698.479	-
Custos operacionais	12	<u>(4.012.351)</u>	<u>-</u>
Prejuízo bruto		(1.313.872)	-
Despesas gerais ou administrativas	13	(1.599.214)	(887.562)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		(2.913.086)	(887.562)
Receitas financeiras	14	1.721.201	1
Despesas financeiras	14	<u>(4.448.598)</u>	<u>(2.432)</u>
Resultado financeiro líquido		(2.727.397)	(2.431)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		(5.640.483)	(889.993)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(1.465.604)	-
Prejuízo líquido do exercício		<u>(7.106.087)</u>	<u>(889.993)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Jacinta Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício	<u>(7.106.087)</u>	<u>(889.993)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(7.106.087)</u>	<u>(889.993)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Jacinta Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021		<u>35.151.072</u>	<u>(6.951.000)</u>	<u>-</u>	<u>(327.488)</u>	<u>27.872.584</u>
Capital integralizado		-	6.951.000	-	-	6.951.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	6.585.000	-	6.585.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	(889.993)	(889.993)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>35.151.072</u>	<u>-</u>	<u>6.585.000</u>	<u>(1.217.481)</u>	<u>40.518.591</u>
Capital subscrito		42.124.969	(42.124.969)	-	-	-
Capital integralizado		-	42.124.969	(6.585.000)	-	35.539.969
Prejuízo do exercício		-	-	-	(7.106.087)	(7.106.087)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>77.276.041</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.323.568)</u>	<u>68.952.473</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Jacinta Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo líquido do exercício		(7.106.087)	(889.993)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	7	3.065.832	9.973
Juros sobre empréstimos e financiamentos	8	3.545.587	-
Rendimento de aplicações financeiras		(1.324.475)	-
Imposto de renda e contribuição social	17	1.465.604	-
Resultado da baixa de imobilizado	7	517.702	-
Apropriação do custo de captação	8	30.354	-
Encargos sobre contrato de mútuo	9	178.829	-
		373.346	(880.020)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(1.266.571)	-
Impostos a recuperar		(76.891)	-
Despesas antecipadas		(768.612)	3.360
Partes relacionadas - outros créditos		(77.242)	(1.280.132)
Fornecedores		(615.860)	1.098.999
Partes relacionadas - outras contas a pagar		2.203.621	76.538
Obrigações trabalhistas		(28.311)	52.880
Obrigações fiscais		(165.127)	135.578
Outras contas a pagar		(137)	(3.031)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		(421.784)	(795.828)
Impostos pagos sobre o lucro	-	(381.074)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		(802.858)	(795.828)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	(5.693.788)	-
Aquisição de imobilizado	7	(294.751.734)	(11.942.149)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		(300.445.522)	(11.942.149)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento/integralização de capital	10	35.539.969	6.951.000
Captações de empréstimos e financiamentos	8	250.000.000	-
Contratos de mútuo		18.589.036	-
Custo de captação		(3.250.584)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	6.585.000
Fluxo de caixa líquido provenientes das (utilizado nas) atividades de financiamento		300.878.421	13.536.000
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(369.959)	798.023
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	803.596	5.573
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	433.637	803.596
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(369.959)	798.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de Santa Jacinta Energias Renováveis S.A., “Companhia”, situado na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, Nº 10800, sala 280 - Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 18 de dezembro de 2019 e na presente data já se encontra em operação comercial.

A Companhia sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e de acordo com a portaria nº 165, de 09 de abril de 2020 do Ministério de Minas e Energia (MME), a outorgada tem até 1º de janeiro de 2025 para iniciar a operação comercial da 1º e 2º unidade geradora. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 67,2 MW, conforme despacho nº 2.961 de 15 de outubro de 2020. De acordo com o despacho 2.394, de 31 de agosto de 2022, iniciou operação comercial em 01 de setembro de 2022 quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema.

A Companhia tem por objeto social: (i) a exploração, em nome próprio, de usina de geração de energia a partir da fonte EOL Ventos de São Januário 15, na forma permitida por lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

Capital Circulante líquido:

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 17.419.5197, parte significativa desse valor é referente a partes relacionadas. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos para a conclusão do Empreendimento, serão suportadas pelas receitas de operações futuras, por aportes de acionistas e/ou captação de financiamentos bancários.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas Demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de maio de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para a unidade mais próxima exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das Demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos

de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A

despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedor e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não identificou quaisquer indícios de “impairment” com relação aos seus ativos não financeiros.

2.7 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não constituiu provisão para desmobilização considerando que não há obrigação legal e contratual em seus contratos de arrendamentos.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

2.10 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 / IFRS 15 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da companhia são provenientes da comercialização no livre mercado e da venda de energia gerada. A comercialização de energia gerada no mercado de livre negociação é registrada com base nos contratos firmados com os clientes e as receitas provenientes da venda de energia gerada é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

As receitas de prestação de serviço da companhia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber mensalmente, conforme a obrigação de desempenho é atendida.

A receita de comercialização de energia é registrada com base no fornecimento de energia, acordado em a contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

As operações de trading de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo. A Companhia reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado - diferença entre os preços contratados e os de mercado - das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações contábeis.

Quanto à receita de venda de energia elétrica (geração centralizada), a mesma é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.11 Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2022

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23);
- Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo

otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2022 e 2021 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira e atualização monetária.

Análise de sensibilidade

	Saldo	Risco	Cenário	Cenário	Cenário
	31/12/2022		Provável	25%	50%
Saldo de aplicações financeiras (equivalentes de caixa) - CDB	247.218	Variação do CDI:	247.218	86.791	54.706
Efeito no resultado		9,69%	(1.324.475)	(1.484.902)	(.1516.987)
		Rendimentos em FI:			
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas)	7.018.263	11,87%	7.018.263	7.214.782	7.254.086
Efeito no resultado			1.324.475	1.520.994	1.560.298
Saldo de empréstimos e financiamentos	(250.325.357)	IPCA: 5,79%	(250.325.357)	(250.581.969)	(250.633.291)
Efeito no resultado			(3.545.587)	(3.802.199)	(3.853.521)

4 Caixa e equivalentes de Caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	186.419	803.596
Aplicações financeiras (a)	247.218	-
Total	<u>433.637</u>	<u>803.596</u>

- (a) A companhia mantém suas disponibilidades de caixa preferencialmente em fundos contratados para esse fim, com baixo risco de crédito e com remuneração acima de 100% do CDI. Para disponibilidades de caixa com prazo inferior a 30 dias, a companhia contrata instrumentos de renda fixa de curto prazo com baixo risco de crédito e remuneração entre 80% e 100% do CDI. Em 31 de dezembro 2022 e 31 de dezembro 2021 estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos no CPC 03, foram classificadas como equivalentes de caixa.

5 Aplicações financeiras vinculadas

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações Financeiras Vinculadas (b)	7.018.263	-
Total	<u>7.018.263</u>	<u>-</u>

- b) As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. em conta de fundo de liquidez constituído por meio do Contrato de Financiamento celebrado com a instituição financeira em 09 de Setembro de 2022. Conforme instrumento de crédito, o fundo de liquidez será mantido por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao Contrato de Financiamento. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 11,45% no ano de 2022.

6 Despesas antecipadas

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios de seguro a apropriar	413.188	10.927
Custo de empréstimos (a)	366.351	-
	779.539	10.927
Ativo circulante	569.510	3.360
Ativo não circulante	210.029	7.567
	779.539	10.927

- (a) Conforme item 19 do CPC 08 (R1), os custos de transação enquanto não captados os recursos devem ser apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado. A baixa do saldo se dará na captação dos recursos ou se a operação não se concretizar.

7 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	303.377.459	(2.757.824)	300.619.635	24.380
Torres anemométricas	10%	173.747	(24.614)	149.133	295.759
Benfeitorias em bens de terceiros	3,33% a 4%	35.250	(1.998)	33.252	34.662
Edificações	3,33% a 4%	28.888.321	(285.982)	28.602.339	-
Adiantamento a fornecedores de imobilizado		64.699	-	64.699	31.306.336
Imobilizado em andamento		-	-	-	8.160.759
Total		332.539.476	(3.070.418)	329.469.058	39.821.896

b. Movimentação do imobilizado

	31/12/2021	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	31/12/2022
Máquinas e equipamentos	24.380	-	303.387.237	-	(2.791.982)	300.619.635
Torres anemométricas	295.759	-	125.000	(249.952)	(21.675)	149.132
Benfeitorias em bens de terceiros	34.662	-	-	-	(1.410)	33.252
Edificações	-	-	28.853.104	-	(250.765)	28.602.339
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	31.306.336	240.641.397	(270.361.995)	(1.521.039)	-	64.699
Imobilizado em andamento	8.160.759	54.110.337	(62.003.346)	(267.750)	-	-
Total	39.821.896	294.751.734	-	(2.038.741)	(3.065.832)	329.469.057

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2021</u>
Máquinas e equipamentos	-	25.440	-	(1.060)	24.380
Torres anemométricas	-	304.085	-	(8.326)	295.759
Benfeitorias em bens de terceiros	-	35.249	-	(587)	34.662
Licenciamento ambiental	129.930	-	(129.930)	-	-
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	27.629.844	3.676.492	-	-	31.306.336
Imobilizado em andamento	129.946	7.900.883	129.930	-	8.160.759
Total	<u>27.889.720</u>	<u>11.942.149</u>	<u>-</u>	<u>(9.973)</u>	<u>39.821.896</u>

8 Empréstimos e financiamentos

Em 09 de Setembro de 2022, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A – BNB destinado à operação do Complexo Eólico de Babilônia Sul, no valor de R\$ 300.000.000 para aplicação na aquisição de bens e realização de serviços.

Os encargos da operação correspondem à taxa de Juros Não Rural dos Fundos Consituicionais de Financiamento pós-fixada (TFC pós), expressa em forma de percentual no valor de 4,309% (quatro inteiros e trezentos e nove por cento) ao ano. O período total de pagamento é de 264 meses. O contrato de financiamento é garantido por meio de (i) fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do Empreendimento; e (ii) garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam, penhor de ações, penhor de aerogeradores e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontra-se adimplente com suas obrigações estabelecidas no contrato

a. Composição do saldo

Banco	Tipo	31/12/2022
Banco do Nordeste do Brasil S.A	Financiamento	250.325.357

b. Movimentação da conta

	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro	<u>-</u>
Captações de empréstimos e financiamentos	250.000.000
Juros sobre empréstimos e financiamentos	3.545.587
Custo de captação	(3.250.584)
Apropriação do custo de captação	30.354
Saldo em 31 de dezembro	250.325.357
Circulante	<u>-</u>
Não circulante	250.325.357

Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

	31/12/2022	
Vencimento	Valor	%
2024	1.925.505	1%
2025	7.873.098	3%
2026	8.287.782	3%
2027	8.100.714	3%
2028	8.395.827	3%
2029	8.380.665	3%
2030	8.765.150	3%
2031	9.364.385	4%
2032	9.880.884	4%
2033	10.224.362	4%
2034	10.389.906	4%
2035	10.936.228	4%
2036	11.190.517	4%
2037	11.400.683	4%
2038	11.762.384	5%
2039	12.141.379	5%
2040	12.796.007	5%
2041	13.472.705	5%
2042	14.172.410	6%
2043	14.895.714	6%
2044	16.072.115	6%
2045	18.367.034	7%
2046	14.750.133	6%
Total	253.545.587	100%

O quadro acima não contempla no exercício de 2022 o valor de R\$ 3.220.229 referente ao custo de captação empréstimos, ativado durante o período pré-operacional da Companhia.

9 Mútuos

A Companhia possui contratos de mútuo financeiro com empresas ligadas, sendo reconhecido o IOF nas operações de crédito:

	31/12/2022
Contrato de Mútuo CDV Holding	14.795.128
Contrato de Mútuo Mercury	3.723.560
Juros sobre Contratos de Mútuo	178.829
IOF sobre contratos de Mútuo	70.348
Total	18.767.865

10 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 77.276.041 em 2022 (2021: R\$ 35.151.072) e está representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
	(%) de ações	Valor	(%) de ações	Valor
Acionistas				
CDV Holding S.A	80%	61.820.833	80%	28.120.857
Mercury Renew	20%	15.455.208	20%	7.030.215
Total	100%	77.276.041	100,00%	35.151.072

Aumento de capital

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 18 de março de 2022, foi subscrito capital no montante de R\$ 34.848.928 e integralizado capital nesta data no montante de R\$ 20.125.000 com moeda funcional da Companhia com entrada em caixa e equivalente de caixa.

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 04 de agosto de 2022, foi subscrito capital no montante de R\$ 7.266.041, sem integralização.

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 29 de dezembro de 2022, foi subscrito capital no montante de R\$ 10.000 e integralizado capital nesta data no montante de R\$ 10.000 com moeda funcional da Companhia com entrada em caixa e equivalente de caixa.

No exercício de 2022, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações no montante de R\$ 21.989.969 com entrada em caixa e equivalente de caixa e adiantamentos para futuro aumento de capital.

11 Receita operacional líquida

	31/12/2022
Energia elétrica de curto prazo – geração própria	2.800.705
Pis	(18.205)
Cofins	(84.021)
Total	2.698.479

12 Custos operacionais

	31/12/2022
Mão-de-obra	(190.621)
Amortizações e depreciações	(3.040.203)
Gastos operacionais - geração energia	(364.940)
Energia comprada para revenda	(185.751)

Seguros	(230.836)
Total	(4.012.351)

13 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com Escritórios	(482)	-
Despesas com veículos	-	(462)
Despesas com viagens	-	(447)
Despesas legais	(116.470)	(36.419)
Taxas de manutenção com órgão regulador (b)	(939)	-
Serviços - pessoa jurídica (c)	(569.694)	(3.448)
Amortizações e depreciações	(25.629)	(9.973)
Tributos e contribuições	(45.996)	(2.059)
Mão-de-Obra	-	(22.280)
Gastos Com Manutenção	-	(7.059)
Seguros	-	(3.360)
Compartilhamento de despesa (a)	(839.994)	(802.055)
Outras despesas	(10)	-
Total	(1.599.214)	(887.562)

- (a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas pela Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. e posteriormente rateadas para a Companhia mediante contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.
- (b) Refere-se despesa associativa CCEE, publicidade, feiras, exposições e congressos.
- (c) Refere-se a consultoria, serviço de mão de obra e auditoria diversa

14 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos de aplicações (a)	1.719.907	1
Outras receitas financeiras	1.294	-
	1.721.201	1
Tarifas bancárias	(508.058)	(2.397)
Multas e juros passivos	(40)	(35)
Juros sobre empréstimo e financiamento	(3.545.587)	-
Iof	(171.211)	-
Amortização de custo de empréstimo	(30.354)	-
Agente fiduciário	(10.625)	-
Juros pagos a fornecedores	(3.894)	-
Juros sobre Mútuos	(178.829)	-
	(4.448.598)	(2.432)
Total	(2.727.397)	(2.431)

- (a) Os rendimentos das aplicações financeiras que são vinculadas a construção dos ativos qualificáveis não transitam pelas contas de resultado, e estão deduzidos dos custos dos empréstimos incorridos

15 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

Em 31 de dezembro de 2021

Ativo	
Partes relacionadas - outros créditos (b)	1.280.132
Passivo	
Partes relacionadas – outras contas a pagar (a) (b)	110.376
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	802.055

Em 31 de dezembro 2022

Ativo	
Partes relacionadas - outros créditos (b)	1.357.374
Passivo	
Partes relacionadas – outras contas a pagar (a) (b)	1.014.233
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	839.994

- (b) A Companhia possui operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.
- (c) A Companhia possui imobilizações em andamento e despesas em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio Ventos de São Joaquim Energias Renováveis S.A, ficando com saldos em contas transitórias de ativo e passivo até a sua liquidação.

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições de mercado.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 06 de dezembro de 2022, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

16 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	433.637	433.637	803.596	803.596
Aplicações financeiras vinculadas	7.018.263	7.018.263	-	-
Partes relacionadas – outros créditos	1.357.374	1.357.374	1.280.132	1.280.132
Fornecedores	(261.864)	(261.864)	(1.098.999)	(1.098.999)
Empréstimos e financiamentos	(250.325.357)	(250.325.357)	-	-
Partes relacionadas – outras contas a pagar	(1.014.233)	(1.014.233)	(110.376)	(110.376)
Outras contas a pagar	(52.743)	(52.743)	-	-
Total	(242.844.923)	(242.844.923)	874.353	874.353

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo.

17 Imposto de renda e contribuição social corrente

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social corrente	<u>1.465.604</u>

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022
Receita operacional bruta	2.800.705
Alíquota de presunção	8%
Lucro presumido	224.056
Receitas financeiras/Outras receitas) (a)	<u>4.031.476</u>
Alíquota vigente	25%
Imposto de renda corrente	(1.063.883)
CSLL/alíquota de presunção	12%

CSLL/Lucro presumido	336.085
Receitas financeiras/Outras receitas) (a)	4.127.477
Alíquota vigente	9%
Contribuição social corrente	(401.721)

(a) Trata-se de receitas financeiras.

As diferenças de bases da receita financeira são decorrentes ao descrito na nota 14a.

18 Contingências

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.